

Manuel Veiga. *A Construção do Bilinguismo*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004 166 pp.

Maria Manuela Barbosa*


pp. 177-180

Na obra em análise, o autor contempla o leitor com uma epígrafe que, cumprindo a sua função, traça as linhas mestras do discurso subsequente:

“Ninguém pode ignorar que tanto a língua portuguesa como a cabo-verdiana, embora de formas diferentes, corporizam a nossa história, enformam a nossa cultura e moldam o nosso modo de estar no mundo. A afirmação e a valorização dessas duas línguas, mais do que um dever cívico, é uma exigência cultural e uma necessidade ambiental.”

Manuel Monteiro da Veiga nasceu em Santa Catarina, Cabo Verde, a 27 de março de 1948. É Doutor em Linguística Geral Aplicada, com especialização em crioulistica cabo-verdiana, pela Universidade de Aix-en-Provence, França. Para além de linguista, é investigador, professor universitário e escritor. Tem publicado inúmeros ensaios e artigos; é o autor do romance *Odju d’Agu* (1987), em crioulo, do romance *Diário das Ilhas* (1997), em português, e da “narrativa romanesca” *Profecias do Ali-Ben-Ténpu* (2019) escrita, alternadamente, em crioulo e em português. No campo da linguística, publicou obras como *Diskrison Strutural di Língua Kabuverdianu* (1982), *Introdução à Gramática do Crioulo* (1995), *Le Créole du CapVert: Etude Grammaticale Descriptive et Contrastive* (2000), *A Construção do Bilinguismo* (2004), que ganhou o primeiro lugar do Prémio do Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa em Moçambique, *Dicionário Caboverdiano-Português* (2011), *A palavra & o verbo* (2016), entre outras. Foi Ministro da Cultura de Cabo Verde de 2004 a 2010.

Numa introdução breve, Manuel Veiga realça a importância “vital” do bilinguismo no desenvolvimento de Cabo Verde e apresenta um conjunto de medidas que entende como necessárias para o “construir e valorizar”. Considera que o crioulo cabo-verdiano, apesar de ser a língua nacional e, por conseguinte, a mais falada em todo o arquipélago, ocupa o lugar de língua “dominada”, deixando o estatuto de “prestígio” para o português. Com efeito, à data de publicação desta obra, o crioulo era sobretudo usado em situações in-

 <https://doi.org/10.21747/0874-2375/af40a1>

* CEAUP.

formais, na família, no dia-a-dia; por sua vez, o português, enquanto língua oficial, era usado no ensino, na literatura, na comunicação social e em todas as situações formais. Posto isto, o autor alega que o “proplado bilinguismo caboverdiano” não passa de uma “situação de diglossia”, que deverá ser tenazmente combatida em prol de uma relação de complementaridade entre as duas línguas e da elevação do crioulo a língua oficial.

Na perspetiva de “uma espécie de itinerário que tem por sujeitos da caminhada as duas línguas”, Manuel Veiga anuncia uma sequência de cinco capítulos, cujo objetivo consiste em “propor uma verdadeira paridade entre o Crioulo e o Português”. Contudo, a “caminhada” não é compassada, podendo tornar-se pouco objetiva aos olhos do leitor, já que os conteúdos se vão repetindo ao longo dos capítulos III, IV e V. Como explica o próprio autor em nota de rodapé, esta obra, com exceção do Capítulo I, resulta da compilação de temas de palestras, elaborados em épocas diferentes. Poderá dizer-se que o objetivo é cumprido, mas com avanços e recuos.

O Capítulo I, intitulado «Reeducação das Mentalidades e Descolonização dos Espíritos» começa por fazer referência aos erros da colonização, nomeadamente, ao processo de negação das culturas autóctones e à imposição intransigente da cultura do colonizador, no intuito de “transformar os caboverdianos em assimilados da cultura dominante”. Faz alusão à resistência dos que “tinham descoberto o valor da dignidade e o preço da liberdade”, às revoltas populares (nos Engenhos, em Achada Falcão, em Ribeirão Manuel, na Praia) e à Luta Armada, iniciada em 1963, movida pela esperança de que “amanhã seria outro dia”. Por fim, surge a «Descolonização como um processo» que engloba o povo português e o povo cabo-verdiano, que reconhece os direitos de cada um, que leva até Cabo Verde “uma outra visão humanista da realidade”, até se converter numa “cooperação dialogante”.

No Capítulo II, «Cabo Verde: Emergência e Afirmação da Crioulidade» e «Insularidade Fecunda», o autor faz a reconstrução do percurso da “crioulidade”, que divide em “quatro estações”: Período Esclavagista, Período Nativista, Período Crioulista e Período Universalista, salientando a importância de uma análise antropológica em detrimento de uma análise política. Remete, então, o leitor para o cenário das ilhas em meados do século XV, citando o poeta Jorge Barbosa:

«(...) Praias / onde naufragaram / navios, / aonde aportaram / caravelas, / aonde saltaram marinheiros queimados, / corsários, escravos, aventureiros / condenados, fidalgos, negreiros, / donatários das ilhas, / Capitães Mores ...».

e realça a inevitabilidade de uma convivência e de uma interdependência forçadas, neste encontro de vários mundos em espaço tão exíguo. Daqui terá resultado um pidgin que proporcionava o contacto entre a grande e diversificada população africana e a reduzida população branca. A língua crioula terá emergido no século XVII, após um longo processo de miscigenação, e conquistado a sua afirmação até ao século XIX, altura em que passou a ser severamente criticada e recuada pelo “dominador”. Surge, assim, o Período Nativista, impulsionado pela fundação de escolas, com destaque especial para o Seminário-Liceu de S. Nicolau, fundado em 1866, por onde passaram grandes intelectuais, que ainda hoje constituem importantes referências para a sociedade cabo-verdiana. O Crioulo sai reforçado e com ele os primeiros, e ainda ténues, laivos de mudança. A publicação da obra Arquipélago, de Jorge Barbosa, em 1935, irá dar origem a uma nova fase do ideário crioulista, a Claridade (ou o Período Crioulista), que, segundo Manuel Veiga, terá sido o passo decisivo para a afirmação da “crioulidade”: para além da língua e da morna, junta-se ao conceito uma literatura de cariz cabo-verdiano, sem mimetismos, o folclore e a coladeira, antecipando, assim, um “sentimento de nacionalidade”. Por último, o Período Universa-

lista (ou a cabo-verdianidade), não obstante as interpretações, quase sempre divergentes, feitas por vários autores e citadas na obra, é apresentado como o resultado “do encontro da África com a Europa”:

“A realidade intrínseca do processo de caboverdianização leva-nos a concordar com Mário de Andrade quando afirma que, em Cabo Verde, assiste-se a «uma atualização da africanidade», e nós acrescentamos: da portugalidade também.”

Neste Capítulo, é ainda abordada a questão da insularidade como um universo que “extravasa o sentimento de solidão e nostalgia”: para o ilhéu, “o visível não lhe chega, ele tem a necessidade do imaginário”. No contexto literário, o desejo de evasão, já manifestado pelos escritores da Claridade, assume novos contornos a partir dos anos 70, e começa a “abrir-se para o mundo”.

A partir do Capítulo III, «O Português como Espaço Aberto e o Crioulo como Espaço Identitário» e «O Crioulo e o Português no Processo de Afirmção em Cabo Verde», tal como os dois títulos indicam, retoma-se a discussão sobre a importância da complementaridade linguístico-cultural dos dois idiomas. É, mais uma vez, realçada a importância da língua portuguesa, desta feita pela sua capacidade de aceitar a “diversidade”, convertendo-se num “espaço aberto”, também ela “mais aceite como algo que também pertence aos que a adoptaram.” Efetivamente, no caso concreto de Cabo Verde, o Português é visto, hoje, como uma língua “parceira”, um “património”, que terá estado presente na génese do “Crioulo e do Homem crioulo”, e que se tornou totalmente indissociável da cultura e da identidade do povo cabo-verdiano. Contudo, não passa de um complemento no espaço identitário do Arquipélago: – “(...) o sujeito desse espaço é vincadamente o Crioulo”, afirma Manuel Veiga, alegando “que mesmo falando o Português, somos crioulos; que mesmo quando pensamos e vivemos em Português, sentimos e existimos em Crioulo.” Partindo deste pressuposto, o autor reitera a necessidade de desenvolver e valorizar o Crioulo, sugerindo as seguintes medidas:

- a implementação de uma investigação sistémica, nos diversos domínios da linguística do Crioulo;
- a criação progressiva de condições que permitam e possibilitem o ensino do Crioulo, por fases e etapas, nos mais diversos escalões académicos;
- a promoção de estímulos à atividade literária e jornalística em que o Crioulo possa ser suporte, ao lado da língua portuguesa;
- a criação de condições objetivas e subjetivas que contribuam para o prestígio do Crioulo, nomeadamente como futura língua co-oficial;
- a promoção de um bilinguismo real que possa destronar a situação de diglossia, hoje reinante.”

Já no que concerne à língua portuguesa, é de opinião que se implemente uma política linguística visando:

- desenvolver um ensino adequado e de qualidade;
- instrumentalizar, técnica e cientificamente, a língua portuguesa;
- possibilitar o acesso ao livro e à cultura em todo o espaço onde o português é também instrumento de comunicação;
- defender a unidade na diversidade, na linha dos pressupostos defendidos pelos Profs. Lindley Cintra e Celso Cunha, isto é, procurar a «superior unidade da língua» e aceitar as particularidades regionais que a enriquecem, desde que o «limiar da intercompreensão» não seja ultrapassado;

- aumentar a agressividade dos nossos políticos e intelectuais que, nas instâncias internacionais, devem, sempre que possível, fazer com que outros falantes sintam que o Português é útil e que o seu estatuto dá-lhe o direito de merecer os investimentos necessários.

Entra-se, então, no Capítulo IV, de que constam «A Construção do Bilinguismo» e o «Bilinguismo Funcional». Aqui o leitor depara-se com o relato, em síntese, dos capítulos anteriores. De salientar, no entanto, os subcapítulos 1.6. «Criação de Estruturas e Disponibilização de meios» e 1.7. «Metas e etapas» que introduzem, como os nomes indicam, propostas de instituições/mecanismos e de objetivos para a construção do bilinguismo em Cabo Verde.

Por fim, no Capítulo V, «Implementação do Ensino da Língua Caboverdiana no ISE», o autor foca-se na apresentação de uma proposta para a introdução e prática do ensino do Crioulo no Instituto Superior de Educação, de forma a cumprir o objetivo almejado no início da obra: “a afirmação e a valorização” desta língua, a par do Português. A referida proposta deverá responder a três questões fundamentais:

- Porquê ensinar?
- O que ensinar?
- Como ensinar?

Encontradas as respostas e esmiuçadas ao longo de seis subcapítulos, Manuel Veiga considera ter conseguido “estabelecer os objetivos, fixar os conteúdos, traçar um plano e definir a estratégia que o ensino da Lcv, no ISE, deve seguir.” Deixa um repto aos “decisores” da política linguística de Cabo Verde: “Eis algumas das ideias que ousamos propor, esperando (...) que haja a abertura suficiente e a vontade necessária para analisar a viabilidade do que aqui se propõe.”

Importa fazer notar que, ao longo da obra, o autor não se escusa a admitir as controvérsias existentes à volta deste tema, quer citando as opiniões de outros autores, quer aludindo a manifestações expressas por vários intervenientes nesta matéria. Também não omite a onerosidade elevada do projeto, nem a carência de meios humanos e materiais que, obviamente, constituem um obstáculo de peso à sua implementação. Mantém, contudo, a convicção firme da necessidade premente de dar início a um processo de equiparação das duas línguas e, de forma algo subtil, transporta essa responsabilidade para os “decisores” da política linguística. Decorridos 15 anos após a publicação deste livro, o objetivo da construção do bilinguismo ainda não foi cumprido, pese embora o facto do próprio Manuel Veiga ter sido Ministro da Cultura de Cabo Verde entre 2004 e 2010. A situação de diglossia prevalece, mas os cabo-verdianos não desistem de lutar pela complementaridade das suas duas línguas.